

# ALMIRANTE PEREIRA DA SILVA

## UMA VIDA DEDICADA À MARINHA

«As nações devem ter Armadas que se apropriem ou que sejam a consequência da sua política»<sup>1</sup>.

Filho do oficial do Exército Gregório José Pereira da Silva e de Luiza da Purificação Correa e Silva, Fernando Augusto Pereira da Silva nasceu em Lisboa, no dia 13 de Janeiro de 1871. Assentou praça na Escola Naval a 13 de Novembro de 1889 e casou aos 31 anos, no dia 1 de Dezembro de 1902, com Isaura da Conceição Saraiva, de quem teve dois filhos, ambos rapazes.

Segundo Maurício de Oliveira, terá sido ainda como Aspirante, na sua primeira viagem de instrução a bordo da corveta *Duque da Terceira*, em 1893-1894, que «tomou plena consciência do portentoso Portugal de além-mar [...] e de quanto necessitávamos de uma Armada disseminada em permanência por todas aquelas longínquas paragens». Estando prevista para breve a sua promoção a Guarda-marinha, não concluiu aquela viagem, tendo desembarcado a 5 de Março de 1894 na Ilha de Moçambique, para se apresentar no Comando da Divisão Naval do Índico. Participaria, nesse ano, na campanha de defesa de Lourenço Marques, quando os nativos se sublevaram por ocasião da revolta liderada pelo régulo Gungunhana (c.1850-1906) em Moçambique<sup>2</sup>. Serviu ainda na canhoneira *Quanza*, antes de regressar à metrópole como oficial de guarnição da corveta *Afonso de Albuquerque*.

Promovido a Segundo-tenente, foi oficial imediato das canhoneiras *Faro* e *Açor*, pertencentes à Esquadilha de Fiscalização do Sul, que patrulhavam as águas do Algarve. Tendo-se voluntariado para servir no ultramar, partiu a 18 de Março de 1896 para Moçambique a bordo do transporte *Índia*. Comandou aí o seu primeiro navio durante mais de um ano, a lancha-canhoneira *Obuz*, que integrava a Esquadilha do Zambeze. Em 1897 seguiu para Angola a bordo da corveta *Rainha de Portugal*, tendo sido colocado no Comando da Divisão Naval do Atlântico Sul. De regresso a Lisboa a 6 de Junho de 1898, voltou à fiscalização da costa do Algarve, desta vez a bordo da canhoneira *Tavira*.

Em 1901 destacou para o novo cruzador *Rainha D. Amélia*. Como encarregado dos serviços de electricidade, participou na viagem da

família Real aos Açores e à Madeira nesse ano, bem como na escolta do cruzador *D. Carlos I* que em 1902 transportou o príncipe D. Luís (1887-1908) a Inglaterra, e a Tânger, Gibraltar e Porto Santo no ano seguinte.

Encontrando-se o país confrontado com a desagregação do poder naval e consequente decadência do Estado nos territórios ultramarinos, em 1901 era criada a Liga Naval Portuguesa. Depois de um intenso trabalho desenvolvi-

cessidade imperiosa do país dispor de uma nova estratégia naval, Pereira da Silva e Botelho de Sousa (1880-1960), os seus elementos mais notáveis, adoptaram como modelo o pensamento de Alfred Mahan (1840-1914). Pelo seu desempenho notável nesta causa, a 31 de Maio de 1904 Pereira da Silva foi nomeado para integrar a Comissão do Plano de Reconstrução da Armada, tendo concluído, por essa altura, o curso de Torpedos e Electricidade.

Por ser ainda Primeiro-tenente, exerceu, interinamente, as funções de Comandante do cruzador *Rainha D. Amélia* (1906) e da corveta *D. Estefânia* (1909).

Seguiu-se a sua nomeação, a 14 de Setembro de 1908, para vogal efectivo do Conselho de Guerra da Marinha. Inconformado com o progressivo declínio da Marinha, que se vinha registando desde o *Ultimato Inglês*, fez publicar *O Nosso Plano Naval*, em 1909, em vésperas da implantação da República, no qual preconizava a criação de «uma base de operações no porto de Lisboa, um ponto de apoio nos Açores e uma esquadra de combate de carácter claramente ofensivo, organizada dentro de recursos financeiros judiciosamente determinados». Nesta obra, afirmava igualmente que «a falta de um curso de estratégia e tática naval para oficiais de marinha, muito tem contribuído

para os defeitos que apontamos».

A 2 de Novembro de 1911, na sequência da implantação da República, o governo provisório nomeou o Primeiro-tenente Pereira da Silva presidente de uma comissão que incluía mais de 40 oficiais da Armada. Tinha como missão preparar um plano naval com base nas ideias por si preconizadas, com

o objectivo estudar e propor a reorganização de todos os serviços da Marinha. Pouco depois, era nomeado vogal de uma outra comissão, à qual competia estudar a adopção do sistema de comunicações por telegrafia sem fios (TSF) a bordo dos navios da Armada.

Posteriormente, foi convidado por Letote do Rego (1867-1923) para seu imediato no cruzador *Vasco da Gama*, cargo



O Contra-almirante Pereira da Silva.

do pelo Segundo-tenente António Pereira de Matos, juntaram-se, entre outros, nomes como Gago Coutinho (1869-1959), Pereira da Silva, Ernesto de Vasconcelos (1852-1930) e Henrique Bensaúde. Com o envolvimento dos seus membros em acções de propaganda por todo o país, a Liga Naval Portuguesa contribuiu fortemente para o ressurgimento marítimo nacional. Cientes da ne-



Cartaz da Liga Naval Portuguesa.

Arquivo Geral da Marinha

Arquivo Geral da Marinha

que exerceu entre 23 de Maio de 1915 e 10 de Maio de 1916. Nas suas palavras, «ser imediato de Leotte do Rego era uma distinção – mais do que isso, era uma honra que se concedia». Entretanto, a 26 de Junho 1915 foi nomeado para integrar, como vogal, a comissão encarregada de rever o projecto de Ordenança Geral da Armada. A 11 de Outubro desse ano, o Major General da Armada deferia um requerimento seu, no qual «pedia para que fosse oficialmente reconhecido com o seu nome um sistema eléctrico de comunicações para regulação de tiro, que estudou e teve aplicação no cruzador “República”». No início de 1916 foi-lhe atribuída, a título pessoal, a tarefa de «tomar conhecimento das aspirações dos oficiais da Armada e dar parecer sobre a razão dessas pretensões».

Muito embora tivesse o maior prazer em trabalhar com Leotte do Rego, não apreciava aquilo a que chamava a «vida morna» do Tejo, pelo que ansiava ardentemente navegar em alto mar e «fazer a guerra». Inteirado das legítimas aspirações do seu imediato, Leotte do Rego ter-lhe-á dito um dia: – Deixa-te estar, Fernando. Dou-te o primeiro comando que vagar e que seja próprio para a tua categoria e para a tua personalidade.

Muito embora o comando dos contra-torpedeiros fosse confiado a capitães-tenentes, ou mesmo a capitães-de-fragata, Leotte do Rego não hesitou em recomendar o Primeiro-tenente Pereira da Silva para comandar o contra-torpedeiro *Douro*. Durante a Guerra, sob seu comando, entre 10 de Maio de 1916 e 11 de Agosto de 1918, o contra-torpedeiro *Douro* efectuou um total de 34 missões de patrulha anti-submarina, participando na escolta de navios portugueses, mercantes e de transporte de tropas, percorrendo neste período mais de 12.000 milhas. Pelo seu notável desempenho no comando do contra-torpedeiro *Douro*, o então Presidente da República, Almirante Canto e Castro (1862-1934), condecorou-o com a Ordem da Torre e Espada. Finda esta comissão, integrou o grupo que escolheu o «local próprio para séde da esquadilha de contra-torpedeiros». Transitou depois para o recém-criado Estado Maior Naval, onde impulsionou a criação do Curso Naval de Guerra, com o objectivo de preparar os oficiais da Armada em áreas como a estratégia, a tática, o valor e aplicação das diversas unidades navais.

Depois de ter sido Chefe do Estado-Maior da Divisão Naval de Operações durante alguns meses, foi chefe de gabinete do Ministro da Marinha, entre 8 de Julho de 1919 e 14 de Janeiro de 1920. Depois disso, chefiou a missão de aquisição de dois cruzadores à Marinha Inglesa, assumindo, já Capitão-de-fragata, o comando de um desses navios, o cruzador *Carvalho Araújo*, entre 5 de Dezembro de 1920 e 3 de Março de 1921.

Com uma personalidade sensata e ponderada, desenvolveu sempre uma importante acção pedagógica junto das guarnições dos diversos navios onde esteve embarcado.

Regressou ao Estado Maior Naval, seguindo-

-se, depois disso, o comando do Corpo de Marinheiros da Armada. A 18 de Dezembro de 1923 Pereira da Silva tomava posse como Ministro da Marinha, proferindo, no seu discurso, as linhas que iriam nortear a sua acção:

«Tentarei, desde já, fazer navegar a Marinha e, logo que mo consintam, dotá-la com os meios necessários para a tornar útil a um País de tão largos domínios a defender e de tão gloriosas tradições

*Colecção CALM Roque Martins*



marítimas a manter. A Marinha não pode estar longos períodos no Tejo. Daí advém desprestígio e empobrecimento. Tudo isso é mau para a disciplina, além de se perderem o treino, o hábito e o gosto do mar».



*O contra-torpedeiro Douro, que Pereira da Silva comandou durante a Grande Guerra.*

Apesar da enorme instabilidade política que se vivia, confirmada pelos inúmeros governos que se sucederam, Pereira da Silva desempenhou o cargo até 31 de Maio de 1926, com um pequeno interregno, entre Novembro de 1924 e Fevereiro de 1925. Muito por força da enorme reputação e notoriedade que entretanto granjeara, neste conturbado período foi o ministro que permaneceu em funções durante mais tempo.

Com uma atitude entusiasta, a sua primeira preocupação como ministro foi pôr os poucos navios disponíveis a navegar, pois na sua opinião «havia um Ministério da Marinha, mas não havia Marinha». Assim, pelo Decreto n.º 10:040, de 27 de Agosto de 1924, mandou constituir um agrupamento denominado Divisão Naval Colonial, com a finalidade de efectuar um périplo por África, que incluía paragens nas províncias ultramarinas e certos pontos estratégicos. No seu regresso a Lisboa, em Junho do ano seguinte, este agrupamento de navios foi recebido pelo Presidente Teixeira Gomes (1860-1941) e pelo Ministro da Marinha Pereira da Silva, que no seu discurso de boas-vindas afirmou:

«A Divisão Naval Colonial cumpriu honrosamente a missão que lhe foi cometida, vencendo bem todas as dificuldades duma tão longa viagem, como é a volta ao continente negro – cerca de 15000 milhas [...] Afastaram-se os marinheiros do ambiente citadino e deu-se-lhes o mar em toda a sua plenitude. As autoridades da União Sul-Africana admiraram-se de que levássemos canhoneiras de 400 toneladas a dobrar o cabo da Boa Esperança [...] Não há dúvida: somos mais pobres, mas não somos inferiores aos outros».

Relativamente às reformas de organização de que a Armada carecia, considerava que a «orgânica militar é uma ciência e uma arte; ciência quanto às suas leis, métodos e princípios reguladores; arte quanto às suas formas de aplicação e de efectivação».

Com a reforma que introduziu no Ensino Naval em 1924, a formação dos alunos que se destinavam à marinha mercante passou a ser feita na recém-criada Escola Náutica, tendo igualmente inaugurado escolas de pescas nos principais portos do país. Por seu turno, a instrução dos alunos militares era ministrada na Escola Naval, que considerava «um instituto Superior de ordem científica, técnica, naval e militar, com o fim de educar e instruir os seus alunos para o exercício de funções de oficiais da Armada». No quadro de reformas que considerava indispensáveis e urgentes, a da Escola Naval foi uma das primeiras a ser implementadas. Além de um ensino mais sólido e actualizado à luz dos ensinamentos colhidos na Guerra 1914-1918, foi por esta altura que se tornou efectivo o seu funcionamento em regime de internato.

No seu entender, era «no meio naval, aliando a experiência à teoria que se adquiria o equipamento moral e mental», razão que o levou a assinar a portaria n.º 4:059, de 30 de Maio de 1924, determinando que a barca *Flores* seria integrada na Armada sob a designação de navio-escola *Sygnés*.

Em sua opinião, a «invisibilidade» dos submarinos, que constituíam um elemento importante do seu Plano Naval, era considerada uma importante arma para a «defesa móvel das bases de operações e pontos de apoio das forças navais».

Foi também a sua visão que o levou a instalar a base da Flotilha Ligeira em Vila Franca de Xira,

*Arquivo Geral da Marinha*



em 1925, por considerar o local adequado para dar formação ao pessoal especializado e onde nasceram as escolas de mecânicos e de alunos marinheiros.

Ficou viúvo a 24 de Outubro de 1925, tendo igualmente visto falecer o filho primogénito nesse mesmo ano, que era Aspirante da Escola Naval e no qual depositava grandes esperanças como continuador da sua obra e devoção à Marinha. Casou-se em segundas núpcias com Gracinda Correia da Cruz, no dia 8 de Maio de 1927.

Por considerar imprescindível a defesa das províncias ultramarinas, enviou forças navais a África e ao Oriente, criando um Centro de Aviação Naval em Macau, dotado de infra-estruturas e de uma esquadilha composta por três hidroaviões *Farey*.

Dotado de uma visão estratégica de longo prazo, considerava que o financiamento do seu Plano Naval deveria ser obtido através de empréstimo externo amortizável em vinte anos, sendo que a construção

de unidades navais tinha igualmente em vista o desenvolvimento da construção naval nacional, quer a nível do Arsenal da Marinha, quer de outros estaleiros da área de Lisboa. Na sequência da apresentação do Plano Naval do ministro Pereira da Silva, a que se seguiram as primeiras reacções pouco favoráveis, Joaquim Manso (1878-1956) satirizava assim, através da imprensa, a endémica ausência mobilizadora que nos caracteriza:

«Não sorriam os incrédulos, não encolham os ombros os indiferentes, não se entretendam a intrigar os maledicentes. Não façam obra destrutiva. Ajudem a construir qualquer coisa!».

Com efeito, em 1926, insatisfeito com o «silêncio que se fizera no parlamento à volta do seu Programa Naval e da constante agitação política não permitir a obra de reconstrução da Armada tal como a delinear e previra», revelou intenção de abandonar a pasta da Marinha. Entendeu, no entanto, que aquele seu trabalho deveria ser dado a conhecer sob a forma de livro, no qual, como autor, poderia apresentar as suas justificações e defender-se das muitas e injustas críticas de que era acusado. Apesar de o poder ter feito publicar a expensas do seu Ministério, optou por ser ele próprio a custear as despesas da obra *Política Naval e Política Naval Nacional*, que foi impressa nas oficinas gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, dando oportunidade aos alunos para praticarem aquele ofício.

Substituído na pasta da Marinha, voltou ao Estado Maior Naval, onde assumiu o cargo de subchefe. Pouco tempo depois, Pereira da Silva era chamado para formar e presidir à Comissão Executiva de Propaganda da Armada. Com génese na acção do Clube Militar Naval, tinha como objectivo criar, através da imprensa, filmes e outros

documentos, um ambiente propício ao «ressurgimento naval». Numa altura em que considerava que se havia atingido o «zero naval», foi sob a égide do ministro Magalhães Correia, em 1930, que o seu Programa Naval começou, finalmente, a ser posto em prática. De resto, como subchefe do Estado Maior Naval havia sido nomeado relator «de um programa naval em harmonia com os pontos de vista do ministro da Marinha». Na realidade, tanto o novo ministro como o próprio Presidente



A antiga Sagres, ainda sem a Cruz de Cristo nas velas, foi integrada na Marinha em 1924 como navio-escola, por decisão do ministro Pereira da Silva.

da República sempre declararam que esta reforma, conhecida como *Programa Magalhães Correia*, incorporava o trabalho e as ideias desenvolvidas por Pereira da Silva.

Entre 2 de Setembro de 1931 e 12 de Novembro de 1932 foi chefe da missão militar encarregada de fiscalizar a aquisição de novos navios a Inglaterra. Terminaria a sua longa carreira naval como 1.º Comandante da Brigada de Artilheiros e da fragata *D. Fernando II e Glória*, cargo que exerceu entre 6 de Dezembro de 1932 e 13 de Janeiro de 1933.

A 17 de Janeiro de 1933 assumiu o cargo de vogal na comissão encarregada de propor ao governo as bases da organização e as atribuições do Conselho Superior de Defesa Nacional.



A fragata Almirante Pereira da Silva

Homem culto, trabalhador, de elevada formação moral, tolerante, republicano, sem paixões nem filiações partidárias, para quem «o poder não se disputava a tiro, antes se alcançava mediante consultas honestas ao eleitorado», continuou a dedicar à Marinha toda a sua devoção, mesmo depois de passar à reserva a 9 de Fevereiro de 1933.

Consciente das limitações da política nacional e da pequenez da mentalidade da Nação,

Pereira da Silva interessou-se, desde muito cedo, pelo estudo da organização da Armada, vindo, com a sua acção, a ter um papel preponderante na modernização de toda a Marinha. Não obstante já se encontrar na situação de reserva, fruto da sua postura e do enorme prestígio que todos lhe reconheciam, a 24 de Janeiro de 1935 foi distinguido com a promoção ao posto de Contra-almirante.

Em 1937, ao constatar que, sete anos volvidos, não se ia além da implementação de uma pequena parte da primeira fase do *Programa Magalhães Correia* – que devia ser executado em três fases, durante 12 anos – Pereira da Silva escreveu nos *Anais do Clube Militar Naval*:

«Ainda que circunstâncias superiores de administração governativa por certo justifiquem, temos que notar, penosamente, um estado de paralisia naval».

Escritor prolífico, o Contra-almirante Fernando Augusto Pereira da Silva faleceu em Lisboa, no dia 3 de

Novembro de 1943, aos 72 anos, deixando-nos um vasto e valioso conjunto de trabalhos publicados.

Depois de em vida ter sido distinguido com inúmeros louvores e as mais altas condecorações, o seu extraordinário legado justifica plenamente as homenagens que a Marinha regularmente lhe vem prestando. A primeira teve lugar em 1966, ao ser dado o seu nome à primeira fragata da classe *Almirante Pereira da Silva*, navio construído nos estaleiros da Lisnave e aumentado ao *Efectivo dos Navios da Marinha* a 2 de Dezembro de 1963. Em 1996, foi a vez da Escola Naval o homenagear, como Patrono do curso de cadetes que entrou para a Marinha naquele ano. No passado dia 14 de Dezembro, coube ao Estado-Maior da Armada – herdeiro do espírito e das tradições do Estado Maior Naval, e onde Pereira da Silva foi subchefe – atribuir o seu nome à sua mais nobre e renovada sala, anteriormente conhecida como Sala de Adidos.

«Falando da minha acção, ainda que modesta, devo dizer que a consciência me diz que em toda a minha carreira naval não descurei o emprego dos meios necessários para robustecer e reanimar a nossa Marinha de Guerra, nos seus

aspectos materiais, morais e mentais, pois todos eles considerei, com maior ou menor desenvolvimento, conforme as épocas e as circunstâncias, quer nos meus livros, publicações diversas, artigos de jornais, quer na elaboração de diplomas e formulação de pareceres, quando estava em condições de o poder fazer, e, porque o meu procedimento foi bem apreciado, não direi pelo seu valor, mas pela honestidade das minhas intenções»<sup>3</sup>.

## PROMOÇÕES

Aspirante de 2.ª classe	12 DE NOVEMBRO DE 1889
Aspirante de 1.ª classe	20 DE JANEIRO DE 1894
Guarda-marinha	20 DE JULHO DE 1894
Segundo-tenente	7 DE DEZEMBRO DE 1895
Primeiro-tenente	23 DE ABRIL DE 1906
Capitão-tenente	18 DE AGOSTO DE 1917
Capitão-de-fragata	9 DE DEZEMBRO DE 1918
Capitão-de-mar-e-guerra	5 DE JUNHO DE 1931
Contra-almirante	24 DE JANEIRO DE 1935

## CONDECORAÇÕES

- Medalha de Prata da Rainha D. Amélia
- Medalha Comemorativa da Expedição a Moçambique (1894-1895)
- Medalha de Prata de Comportamento Exemplar
- Medalha de Ouro Comemorativa das Campanhas do Extremo Oriente Português
- Comendador da Ordem Militar de Avis
- Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito
- Medalha Militar de Ouro da Classe de Bons Serviços
- Medalha da Victória
- Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo
- Oficial da Ordem da Coroa de Itália (Itália)
- Grã-Cruz da Ordem de Santo Olavo (Noruega)
- Grande Oficial da Ordem Militar de Avis
- Comendador da Ordem de Santi Maurizio e Lazzaro (Itália)

## PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS

*O nosso plano naval*, Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1909.

*Política Naval e Política Naval Nacional*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1924.

*Política Internacional e Política Naval*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934.

«Algumas reflexões sobre a marinha de guerra», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 36, Lisboa, 1909, pp. 303-306.

«O nosso plano naval», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 40, Lisboa, 1909, pp. 87-96.

«Algumas reflexões sobre a nossa organização naval», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 40, Lisboa, 1909, pp. 713-724.

«O domínio do mar e o valor da ofensiva na guerra naval», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 40, Lisboa, 1909, pp. 234-243.

«O nosso programa naval», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 41, Lisboa, 1910, pp. 233-242.

«O ressurgimento da marinha de guerra», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 42, Lisboa, 1911, pp. 609-619.

«A organização da defesa das costas», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 43, Lisboa, 1912, pp. 129-139.

«A reorganização da Armada Portuguesa», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 43, Lisboa, 1912, pp. 361-382.

«Os ensinamentos navais da actual conflagração e a nossa defesa marítima», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 45, Lisboa, 1914, pp. 709-714.

«O valor dos submersíveis na guerra naval», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 46, Lisboa, 1915, pp. 87-106.

«A Reorganização do Ministério da Marinha», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 53, Lisboa, 1922, pp. 230-272.

«A Política Militar e Naval Portuguesa e a Influência dos Pactos e dos Acordos de Desarmamento sobre a nossa Directriz Política», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 61, Lisboa, 1930, pp. 5-31.

«O campo naval estratégico metropolitano», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 68, Lisboa, 1938, pp. 411-435.

## Notas:

<sup>1</sup> Pereira da Silva.

<sup>2</sup> Embora conhecido entre nós como Reinaldo Frederico Gungunhana, o seu verdadeiro nome era Mlunguzwe Ngungunyane Nxumalo. Foi o último soberano da região moçambicana de Gaza e último monarca da dinastia Jamine, tendo recebido o cognome de Leão de Gaza. Reinou entre 1884 e 1895, altura em que foi feito prisioneiro por Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) na aldeia de Chaimite. Transportado para Lisboa na companhia do seu filho Godide e de alguns elementos que lhe eram próximos, foi depois desterrado para os Açores, onde veio a falecer onze anos mais tarde.

<sup>3</sup> Pereira da Silva.

## Bibliografia:

António José Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organizações*, 1824-1974, tomo I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa – Nove Séculos de História*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2010.

António Silva Ribeiro, «Mahan e as marinhas como instrumento político», *Revista Militar*, n.º 5, Maio de 2010, pp. 465-483.

Jorge Semedo de Matos, «Pereira da Silva», *Patronos da Escola Naval*, Lisboa, Escola Naval, 2007, pp. 409-411.

Maurício de Oliveira, *Pereira da Silva, Oficial-Ministro-Doutrinador*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1968.

Rui Ortigão Neves, «Pereira da Silva», *Revista da Armada*, n.º 320, Maio de 1999, pp. 17-21.

Pedro Torcato Faustino, *Almirante Pereira da Silva – Seu Contributo para a Modernização da Marinha*, tese de mestrado, orientador CFR Costa Canas, Escola Naval, inédito, 2009.

Colaboração do EMA

CFR António Manuel Gonçalves  
Membro do CINAV

# II JORNADAS DE LISBOA DE DIREITO MARÍTIMO



No seguimento da realização, com sucesso, das I Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo, a 6 e 7 de Março de 2008, organizadas no âmbito do Centro de Direito Marítimo e dos Transportes (CDMT) da Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), e das quais resultou uma publicação de elevado interesse científico para uma área do Direito com larguíssima tradição académica e conceptual em Portugal, realizaram-se igualmente no âmbito do CDMT, a 11 e 12 de Dezembro de 2010, as II Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo as quais contaram com reputados especialistas nacionais e estrangeiros, designadamente académicos e especialistas italianos e espanhóis.

Atenta a evolução do direito comunitário nesta área, e do próprio desenvolvimento que, em termos internos, as questões concernentes ao direito marítimo aplicado têm conhecido, em especial nas áreas da construção, segurança do navio, do registo, das garantias, a questão

do abandono, remoção de destroços, controlo e inspecção de navios, do transporte marítimo e dos portos, é de significativo interesse a realização de ciclos de conferências com tais características temáticas, e que contam com alguns dos maiores especialistas nacionais na matéria como o Bastonário Dr. Mário Raposo, e os Prof. Doutores Menezes Cordeiro, Januário da Costa Gomes e Luís Lima Pinheiro.

Para a Marinha, e sendo conhecido o vasto quadro de atribuições que a lei comete aos órgãos da Autoridade Marítima Nacional, tais iniciativas encerram interesse acrescido quando é sabido que uma significativa parcela da legislação de índole marítima em Portugal é conceptualmente pensada e, ou, projectada, por juristas especialistas da Marinha.

Dr. Luís da Costa Diogo  
Assessor, DGAM